

# A VALORIZAÇÃO DOS VIZINHOS: OBSTÁCULOS PARA A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DE PESCADORES ARTESANAIS E AGRICULTORES FAMILIARES EM DESTINOS TURÍSTICOS BRASILEIROS

João Paulo Faria Tasso<sup>1</sup>  
Elimar Pinheiro do Nascimento<sup>2</sup>  
Helena Araújo Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** Quais são os principais desafios enfrentados por grupos de pequenos produtores para comercializar seus produtos no mercado turístico? Questão que se faz relevante diante do amplo quadro de pobreza que atinge grande parte desses grupos em destinos turísticos brasileiros, os quais convivem com uma baixa participação nos benefícios econômicos da atividade turística. O foco deste artigo é a identificação e análise dos entraves na comercialização direta de pescados e de produtos agrícolas entre pequenos produtores locais (oferta) e o *trade* turístico (demanda). Foram destacados quatro destinos turísticos nacionais: Lençóis Maranhenses (Maranhão), Delta do Parnaíba (Piauí), Jericoacoara (Ceará) e Santa Cruz Cabrália (Bahia). A metodologia consistiu em levantamento de informações secundárias e primárias; observação nos locais de pesquisa; realização de entrevistas semiestruturadas; *survey* e oficinas participativas com os representantes do *trade* turístico e grupos organizados de pescadores artesanais e de agricultores familiares. Foram identificados como principais obstáculos à comercialização de seus produtos: emissão de nota fiscal; falta de capital de giro, de estrutura de beneficiamento e de local de estocagem; condições de recebimento-pagamento; inadequação da produção à sazonalidade do turismo; insuficiência na produção; dificuldades na obtenção de SIM, SIE e SIF; indisponibilidade logística; falta de capacitação profissional, técnica e gerencial e fragilidade na organização coletiva do trabalho.

**Palavras-chave:** Inclusão Socioprodutiva. Inclusão e Exclusão Social. Desenvolvimento Local. Turismo Sustentável.

## Introdução

Destinos turísticos brasileiros têm sido objeto de discussões e de intervenções públicas a respeito das dimensões da sustentabilidade, em particular a da equidade social. E seu foco tem sido a vulnerabilidade social e econômica das populações locais desses destinos.

Projetos de enfrentamento da pobreza, e, portanto, direcionados à inclusão social, têm sido implantados em regiões turísticas brasileiras, seguindo a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

---

<sup>1</sup> Graduado em Turismo. Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Pesquisador Visitante na *Arizona State University (School of Community Resources and Development)*. Membro do Laboratório de Estudos em Turismo E Sustentabilidade (LETS/UnB). [jpfariatasso@gmail.com](mailto:jpfariatasso@gmail.com).

<sup>2</sup> Sociólogo. Professor Associado II no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Doutor pela *Université René Descartes, Paris V*, e Pós-Doutor pela *Ecole Des Hautes Études em Sciences Sociales*. Coordenador do Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade (LETS/UnB). [elimarcds@gmail.com](mailto:elimarcds@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestre em Turismo e Doutora em Desenvolvimento Sustentável. Professora do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora do Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade (LETS/UnB). [helenacosta@unb.br](mailto:helenacosta@unb.br).

Em geral compreendem o subsídio, financeiro e técnico, de iniciativas de grupos populares, como forma de estimular a capacidade produtiva e de gestão e, conseqüentemente, gerar melhorias nas condições de subsistência. Mas também o fortalecimento da organização social, a prudência com o meio ambiente e a elevação do padrão da qualidade de vida desses grupos (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1993).

Uma das vertentes desses projetos, definida pelo Governo Federal a partir do *Plano Brasil Sem Miséria*, é a de inclusão socioprodutiva. Esta vertente, que prevê ações no campo e na cidade, busca, dentre outras, fortalecer atividades de agricultores familiares de baixa renda, pelo aumento da capacidade produtiva e pela inserção dos produtos no mercado (BRASIL, 2013f). Contudo, o que se tem notado nas regiões dos destinos turísticos estudados é que as iniciativas populares têm esbarrado em múltiplos obstáculos técnicos, logísticos e jurídicos, ou mesmo culturais e naturais, que terminam por formar uma barreira intransponível para grupos de pequenos produtores acessarem ao mercado *mainstream* do Turismo.

A questão central deste artigo está na identificação e análise dos obstáculos para a inclusão socioprodutiva de grupos de pescadores artesanais e de agricultores familiares no sistema produtivo local de Turismo. Quais os desafios precípuos inerentes aos processos produtivos que acabam por dificultar, ou mesmo impedir, que tais grupos se tornem competitivos no mercado turístico e obtenham reconhecimento e renda efetiva com sua atividade? Serão focados principalmente os entraves na comercialização direta, de pescados e de produtos agrícolas, entre “oferta” (grupos de pequenos produtores rurais) e “demanda” (hotéis, pousadas, restaurantes, barracas de praia, *resorts*, dentre outros segmentos do *trade* turístico).

A partir da identificação e análise desses obstáculos pretende-se gerar insumos a serem trabalhados e aprimorados em intervenções direcionadas ao desenvolvimento local. Em especial em políticas públicas de inclusão social, voltadas ao fortalecimento da relação de mercado entre o *trade* turístico e os grupos de pequenos produtores locais, vislumbrando o desenvolvimento do turismo sustentável.

O trabalho, ora apresentado, é fruto de pesquisas e de experiências vivenciais adquiridas pelos autores nas regiões e no âmbito de quatro projetos técnicos, cujas entidades executoras e convênios são destacados no quarto tópico deste artigo.

De modo geral, a pesquisa consistiu em técnicas qualitativas (análise documental, observação nos locais de pesquisa, entrevistas semiestruturadas, reuniões e oficinas participativas) e quantitativas (*survey*).

O artigo divide-se em seis tópicos afora esta Introdução e a Conclusão. No **primeiro tópico** serão apresentados de forma breve os destinos turísticos selecionados para o estudo. No **segundo** descreve-se a problemática central e algumas de suas implicações teóricas. O **terceiro tópico** trata da metodologia utilizada para a identificação dos obstáculos da comercialização direta entre o *trade* turístico e os grupos de produtores locais.

No **quarto** são descritos os quatro os projetos-piloto de inclusão produtiva nos destinos, assim como os grupos de atores envolvidos. No **quinto tópico** são relatados os principais resultados, a partir da análise dos obstáculos e desafios para a inclusão produtiva de pescadores artesanais e agricultores familiares nos destinos turísticos estudados. Finalmente, no **sexto tópico** estes resultados são discutidos, mostrando o papel dos atravessadores na manutenção do *status quo*.

## 1. OS DESTINOS TURÍSTICOS EM ESTUDO

Os destinos turísticos definidos para o desenvolvimento dos projetos e para a aplicação da pesquisa de campo foram: (a) Lençóis Maranhenses – Município de Barreirinhas (MA); (b) Jericoacoara – Município de Jijoca de Jericoacoara (CE); (c) Delta do Parnaíba – Município de Parnaíba (PI); (d) Porto Seguro – Municípios de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro (BA).

Essas regiões são caracterizadas tanto por suas potencialidades naturais singulares, contempladas por Parques Nacionais e Áreas de Proteção Ambiental, quanto pela alta incidência de pobreza e baixos índices de desenvolvimento humanos (IDH).

A seguir são apresentadas, resumidamente, algumas características de cada destino:

- **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM):** extensão de 155.000 ha, tem como principal via de acesso o Município de Barreirinhas, situado à 268 Km da capital do Estado do Maranhão, São Luís, na mesorregião Norte Maranhense. Seus aspectos naturais são marcados, principalmente, pelas inúmeras lagoas de água doce que se estendem por dunas fixas e móveis, e pelo Rio Preguiças, importante meio de produção pífca e de comunicação entre povoados ribeirinhos, cujas margens são cercadas por manguezais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS, 2011)
- **Parque Nacional de Jericoacoara (PARNAJERI):** extensão de 8.850 ha. A Vila de Jericoacoara, epicentro do turismo regional, situada no litoral oeste do Estado do Ceará, no Município de Jijoca de Jericoacoara, encontra-se a cerca de 300 Km da capital, Fortaleza, e no centro do PARNAJERI. Cenário com atrativos naturais de grande interesse turístico, como dunas, lagoas, rios e manguezais, o PARNAJERI é considerado um dos principais destinos turísticos do Estado do Ceará.
- **Delta do Parnaíba:** área de proteção ambiental situada no litoral leste do Estado do Piauí, possui rico cenário natural. São ilhas fluviais, dunas e mangues tangenciados pelo Rio Parnaíba, com 1.485 Km de extensão. O principal município de acesso ao Delta é o Parnaíba, situado à 340 Km da capital do Estado do Piauí, Teresina.

- **Santa Cruz Cabrália:** destino turístico que integra a chamada “Costa do Descobrimento”<sup>4</sup>. Conta com manguezais, restingas, rios, e como maior atrativo as praias. Encontra-se em uma área de 112.000 ha de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Está localizado no extremo sul do Estado da Bahia, distante 782 Km da capital, Salvador.

A abertura de um espaço de discussão sobre os desafios para a inclusão socioprodutiva, enfrentados por grupos de pequenos produtores rurais, nessas regiões dá-se pelo fato do turismo ser considerado um setor econômico essencialmente inclusivo, gerador de trabalho, emprego e renda em suas mais diversas ramificações. E, pelo fato da inclusão social e do combate à pobreza serem dois dos aspectos mais recorrentes na agenda política nacional na construção de um turismo sustentável.

Embora a inclusão socioprodutiva seja apenas uma ramificação da inclusão social, que é muito mais ampla, detém a base material da geração de renda, sem a qual o sujeito não obtém sua autonomia e compromete seu reconhecimento social e o acesso a direitos.

Por meio das pesquisas realizadas nos municípios supracitados pôde-se reconhecer um processo precário de expansão da atividade turística no que diz respeito às ações efetivas de incentivo à produção comunitária local, ou mesmo de fortalecimento das relações de mercado entre o *trade* turístico e os grupos locais de produção.

Nota-se que, em grande parte dos casos, o consumo de pescados, de frutas e de verduras, por hotéis, pousadas, barracas de praia, *resorts* e restaurantes, se dá pela compra destes em grandes mercados localizados nas capitais dos estados (com maior evidência para São Luís – MA e Fortaleza - CE), excluindo a produção local.

## 2. A PROBLEMÁTICA E ALGUMS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

Partido da noção de desenvolvimento local “como o processo endógeno de promoção do dinamismo socioeconômico de uma unidade territorial, por meio da organização social em nível local, da preservação do patrimônio ambiental, e da exploração das capacidades e das potencialidades encontradas, buscando a autogestão pelos residentes e a melhoria da qualidade de vida de sua população (BUARQUE, 1999; IRVING, 2001)”, pode-se afirmar que ela não tem correspondência com os destinos turísticos em estudo.

Mesmo com todas as potencialidades – produtivas e naturais – encontradas nos quatro destinos turísticos em tela, são evidentes os contrastes sociais, os traços de pobreza e de miséria, e a ausência de um sistema produtivo turístico mais integrador, que busque pelo desenvolvimento endógeno das localidades.

O quadro de desigualdade social e de exclusão está presente, principalmente, entre os pequenos produtores desses destinos. Em sua maioria, esses produtores se encontram em zonas

---

<sup>4</sup> Área costeira que abrange os municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte, onde, historicamente, ocorreu o primeiro encontro entre portugueses e índios, e onde foi celebrada a primeira missa em território brasileiro.

rurais afastadas dos centros de maior aglomeração turística e desenvolvem atividades informais e tradicionais, como a pesca, a agricultura e o artesanato, se mantendo confinados em um cenário de extrema pobreza.

A partir da Erro! Fonte de referência não encontrada., a seguir, pode-se notar que, em todos os municípios em tela, a porcentagem das populações locais (com 10 anos de idade ou mais) com rendimentos mensais de menos de um salário mínimo, somada àquelas pessoas sem rendimento, ultrapassam os 75% do total.

**Tabela 1: Rendimento mensal da população local com 10 anos ou mais de idade**

MUNICÍPIO	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE POR CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL							
	Total	Sem rendimento	< 1 SM	1 SM < 2 SM	2 SM < 3 SM	3 SM < 5 SM	5 SM < 10 SM	10 SM < 20 SM
Barreirinhas	41.081	19.806	16.191	3.616	645	464	242	117
		<b>87,6%</b>						
Jijoca de Jericoacoara	13.964	4.859	6.573	1.424	442	358	245	63
		<b>81,8%</b>						
Parnaíba	122.322	46.431	47.690	15.212	5.050	3.872	3.168	899
		<b>76,9%</b>						
Santa Cruz Cabralia	20.789	7.587	8.532	2.975	717	532	312	134
		<b>77,5%</b>						

**Fonte:** próprios autores com base no IBGE, 2010.

O baixo rendimento econômico nessas comunidades condiz com o reduzido aproveitamento dos recursos naturais locais pelo turismo. O aproveitamento racional e ecologicamente sustentável desses recursos poderia fazer parte de uma estratégia em benefício das populações locais, na qual fosse incorporada a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, num modelo de desenvolvimento partindo de dentro (SACHS, 2002).

A inclusão socioprodutiva, também tratada como “inclusão produtiva”, “inserção produtiva” e “inserção socioprodutiva”, pode ser entendida como o processo voltado à conquista de autonomia, pela formação de cidadãos que se integrem ao mundo pelo trabalho, conduzindo-os a uma vida digna, tendo seus direitos assegurados (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b). A estratégia de inclusão socioprodutiva é uma “condição necessária para o desenvolvimento humano” (SIMÕES, PEIXOTO, 2009, p.03), na qual a qualificação profissional constitui a referência mais imediata, seguida pelas iniciativas de promoção do empreendedorismo individual, microcrédito produtivo orientado, fomento e apoio à economia solidária, ou ainda, inserção pelo trabalho assalariado ou associado (BRASIL, 2013b).

No entanto, em grande parte dos casos, as ações voltadas à inclusão socioprodutiva em destinos turísticos brasileiros limitam-se apenas ao primeiro passo, representado pela capacitação e qualificação profissional dos interessados, deixando lacunas substanciais no processo de inserção e, portanto, merecendo novos debates e reflexões:

Presente na LOAS e na nova PNAS (Política Nacional de Assistência Social), as estratégias de inclusão produtiva carecem não só de diagnóstico, como também de um profundo debate teórico-político, sobretudo nos municípios, de modo a

rever os equívocos impostos a estas ações, recentemente, e que têm impresso, à noção e à proposta de inclusão produtiva, um sentido conservador, ingênuo e imediatista, na medida em que aparecem reduzidas às estratégias de capacitação e de inserção subordinada e precarizada ao mercado de trabalho (setor não-organizado). (ALMEIDA, 2009, p. 96)

A perspectiva no turismo como uma ferramenta norteadora de iniciativas de inclusão social e produtiva em destinos brasileiros se justifica ao ponto em que essa atividade é considerada potencial para a geração de trabalho, emprego e renda, em seus subsetores, e um setor econômico capaz de combater a pobreza e a exclusão, construindo um turismo sustentável (LAGE e MILONE, 2001; GOELDNER et al., 2002; OCDE, 2008; OMT, 2010).

A inclusão social está atrelada, com maior propriedade, ao objetivo de conquista da justiça social, mais especificamente na justiça participativa, na qual se busca a garantia de um nível de vida digno para todos, igualdade de oportunidades, acesso à formação, disponibilidade de trabalho, participação cultural, e a minimização das diferenças sociais (BOMBASSARO; KRÜGGELER; SOUZA, 2009). Além disso, acompanhada do avanço da renda individual, por meio do emprego, e da acessível oferta de equipamentos e de serviços públicos, como educação, saúde e habitação (POCHMANN, 2005).

Todavia, há inúmeras experiências de desenvolvimento de sistemas turísticos locais – sobretudo no Brasil - que direcionam os seus esforços para a canalização dos benefícios econômicos que, normalmente, as comunidades locais não têm usufruído devidamente (KRIPPENDORF, 2001; COSTA, 2009; IRVING, 2002; CLARKE, 1997; SHARPLEY, 2000). E neste campo a atividade turística, sob a forma de turismo sustentável, surge com uma oportunidade relevante de inserção.

O conceito de turismo sustentável perpassa por várias características intrínsecas. Pela prudência na utilização dos recursos naturais – respeitando áreas frágeis e a capacidade de carga (DIAS, 2008; LICKORISH; JENKINS, 2000; COOPER, 2007). Pela distribuição equitativa dos benefícios, redução da pobreza e aumento da qualidade de vida da população residente (SWARBROOKE, 2000; CORIOLANO, 2006; IRVING, 2002; BENI, 2003; COSTA, 2013; CLARKE, 1997). Pelo respeito à identidade cultural local, e incentivo à participação e ao reconhecimento das comunidades receptoras como grupos de atores sociais no processo (OMT, 2010; RUSCHMANN, 2006). Pela incorporação de princípios e valores éticos (GARROD, FYALL, 1998; FRANCE, 1998). Pela garantia da satisfação e da conscientização do turista sobre respeito e comportamento consciente e responsável, criando melhores lugares para se viver e para se visitar (GOODWIN, 2012; SHARPLEY, 2009).

### **3. METODOLOGIA**

Os processos de construção coletiva e de implantação dos projetos, nas quatro regiões em destaque, primaram, em todas as suas etapas, por atividades nas quais os grupos de atores envolvidos (da demanda e da oferta) pudessem participar ativamente de suas discussões e

definições. Durante todo o desenvolvimento do trabalho o foco esteve na integração, e na abertura de espaço de diálogo, entre o *trade* turístico e os grupos de pequenos produtores rurais.

A identificação dos obstáculos inerentes aos processos de comercialização direta, entre esses dois grupos de atores, foi possível graças à estrutura metodológica adotada que previu o levantamento de informações gerais e específicas. Grosso modo, os procedimentos metodológicos seguiram por nove etapas.

Na primeira, foram realizadas revisões bibliográficas e o levantamento de informações documentais, de fontes primárias e secundárias, para o reconhecimento dos aspectos econômico, social, físico e biológico, cultural, histórico e político-institucional, dos destinos turísticos tratados.

A segunda etapa consistiu na aplicação de questionários e na realização de entrevistas semiestruturadas com representantes do *trade* turístico das localidades, e dos grupos de atores locais, direta ou indiretamente relacionados com o sistema produtivo de turismo.

Já na terceira etapa, primou-se pela realização de reuniões e oficinas participativas para validação dos dados obtidos, com a mobilização de representantes dos grupos da oferta e da demanda turística, visando debater as informações levantadas, a proposta de trabalho e sua viabilidade. Ainda nesta etapa foram selecionados atores-chave, grupos produtivos e estabelecimentos turísticos potenciais que se interessaram em participar do desenvolvimento do trabalho.

A quarta etapa serviu para o reconhecimento dos sistemas produtivos dos grupos de agricultores familiares e de pescadores artesanais, selecionados na etapa anterior, por meio de visitas *in loco*. Foram analisados os modos tradicionais de produção, as ferramentas de trabalho, as formas de organização do grupo, os aspectos logísticos, o perfil das famílias, os aspectos culturais, e suas principais limitações técnicas e produtivas. Da mesma forma, foram analisados os perfis dos estabelecimentos do *trade* turístico que se manifestaram interesse em participar da proposta, considerando-se os aspectos de estrutura física; capacidade de suporte turístico; perfil de seus visitantes; logística de compra de produtos; aspectos gastronômicos da culinária típica local.

A quinta etapa voltou-se à elaboração de Planos de Negócios, intitulados como “Planos de Inserção Produtiva”, nos quais constavam: informações gerais das regiões abrangidas; perfil dos empreendedores, da oferta e da demanda; características dos potenciais produtos; planos de intervenção, comercialização, *marketing* e desenvolvimento do trabalho; projeções futuras de mercado.

Em seguida, na sexta etapa, realizou-se duas modalidades distintas de cursos de qualificação profissional. A primeira modalidade, destinada aos produtores rurais, fomentou o aprendizado em técnicas de beneficiamento dos produtos, práticas sustentáveis de fabricação e de produção, e higiene pessoal. A segunda modalidade, direcionada aos chefes de cozinha e/ou cozinheiros dos estabelecimentos, na elaboração de novos pratos que fossem criados a partir dos produtos potenciais das comunidades.

A sétima etapa concentrou-se na elaboração de selos promocionais e de *briefings* de apresentação do projeto, como ferramentas estratégicas para a divulgação e promoção do trabalho. A ideia teve como finalidade criar uma identidade socioambiental aos estabelecimentos participantes, buscando formas de sensibilização e conscientização dos turistas e demais empreendedores locais, quanto à importância de apoiar às comunidades locais e a preservar o meio ambiente.

A oitava etapa, por sua vez, buscou a aproximação e abertura de espaço de diálogo entre os representantes dos estabelecimentos e os grupos de pequenos produtores rurais. Tratados como “*tours de vivência*”, os encontros puderam ser realizados nas comunidades rurais, com o deslocamento dos empresários, e também nos hotéis, pousadas e restaurantes envolvidos, com a presença de produtores. Dentre outras discussões, tratou-se sobre o início da comercialização e o estabelecimento de preços justos, pensando no fortalecimento de uma parceria corresponsável, ética e solidária.

Por fim, na nona e última etapa foi realizado um evento final de integração entre os atores locais da oferta e da demanda, com a participação e apoio de entidades municipais e regionais com trabalhos tangentes ao proposto. O evento foi o marco de início do processo de comercialização direta, por meio de assinaturas de termos de parceria que estabeleceram: o modelo de prestação de serviços; os produtos que seriam inicialmente comercializados e seus valores; as formas de pagamento; as obrigações e direitos de cada grupo; dentre outras especificidades.

#### **4. PROJETOS E ATORES ENVOLVIDOS**

Os resultados a serem apresentados, no quarto tópico deste artigo, decorrem do desenvolvimento de quatro projetos-piloto. Três deles, intitulados “Produção de Base Comunitária Associada ao Turismo” (PBCAT)<sup>5</sup>, partiram de um acordo de cooperação entre o Ministério do Turismo do Brasil (MTur) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid). O quarto projeto, “Pescando com Redes 3G”, decorre de uma parceria estabelecida entre a empresa norte americana Qualcomm, a Fundação Telefônica Vivo e a Agência Americana para Desenvolvimento Internacional (USAID).

A execução dos quatro projetos destacados ficou sob responsabilidade do Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS) e, no caso do PBCAT/Lençóis Maranhenses, também do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB).

Ainda que desenvolvidos em distintos cenários, os quatro projetos seguiram linhas de ação estruturadas por objetivos comuns: promover a inclusão socioprodutiva de grupos de pequenos

---

<sup>5</sup> PBCAT/Lençóis Maranhenses, PBCAT/Jericoacoara, PBCAT/Delta do Parnaíba.



produtores rurais, e de pescadores artesanais, no sistema produtivo local de turismo; criar condições de maior participação desses grupos nos benefícios econômicos decorrentes da atividade turística; criar espaços de diálogo e de comercialização direta entre demanda (*trade* turístico) e oferta (pescadores, agricultores e demais produtores rurais) e; gerar trabalho e renda por meio do aproveitamento da biodiversidade e da valorização da identidade cultural local.

Para tanto, foram selecionados, em cada terreno de pesquisa, grupos de atores locais (ou próximos), que se apresentassem, formalmente, como uma organização coletiva de trabalho, e que estivessem articulados a outras iniciativas tangentes. Para grupos não organizados primou-se por outras ações, como as de introdução ao cooperativismo popular, realizadas no mesmo período, como um primeiro passo indispensável para o fortalecimento produtivo<sup>6</sup>. Os projetos, e seus respectivos grupos de atores envolvidos, estão destacados no **Quadro 1: Projetos e Grupos de Atores Envolvidos**

a seguir.

PROJETOS E RESPECTIVOS GRUPOS DE ATORES ENVOLVIDOS
<b><i>Produção de Base Comunitária Associada ao Turismo – Lençóis Maranhenses (MA)</i></b>
Associação dos Agricultores Ruralistas de Tabocas (Agrutac) e Colônia de Pescadores Z-18 da comunidade de Atins.
<b><i>Produção de Base Comunitária Associada ao Turismo – Jericoacoara (CE)</i></b>
Cooperativa das Marisqueiras de Itarema (“Pescando Búzios”) e Cooperativa dos Produtores de Caju de Cruz (COOPCAJU).
<b><i>Produção de Base Comunitária Associada ao Turismo – Delta do Parnaíba (PI)</i></b>
Associação dos Pescadores de Manjuba do Igaracú (APMI), Associação Agroindustrial de Derivados de Cajuí (AADEC) e Cooperativa de Catadores de Caranguejo Delta-Uçá.
<b><i>Pescando com Redes 3G (BA)</i></b>
Colônia de Pescadores Z-51 de Santa Cruz Cabralia, Associação dos Pescadores Indígenas Pataxós de Coroa Vermelha, Grupo de Ação para o Desenvolvimento da Pesca Artesanal Sustentável (GADAP), Associação das Marisqueiras e Pescadores, Associação dos Armadores de Pesca de Santa Cruz Cabralia, Associação de Pesca Esportiva, Associação dos Pescadores de Santa Cruz Cabralia e Associação dos Pescadores de Santo Antônio.

#### **Quadro 1: Projetos e Grupos de Atores Envolvidos**

**Fonte:** próprios autores, de acordo com SAWYER; TASSO; ASSAD (2010) / QUALCOMM & FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO (2013)

A biodiversidade da produção agrícola nos quatro municípios em destaque é rica. Alguns produtos, como o feijão, o milho, a banana, o coco da baía e a mandioca, são comuns nas quatro localidades. Outros, como a castanha de caju, a carnauba e o carvão vegetal, são identificados em Parnaíba, Barreirinhas e Jijoca de Jericoacoara. A produção de arroz e de melancia tem maior expressão nos municípios de Parnaíba e Barreirinhas, e a produção de manga em Parnaíba e Jijoca de Jericoacoara (IBGE, 2010).

Outras produções agrícolas ganham destaque de forma individualizada. Em Parnaíba, com a produção de goiaba. Em Barreirinhas, com a produção de laranja, açaí e buriti. Em Jijoca de Jericoacoara, com a produção de batata-doce. E em Santa Cruz Cabralia, com a produção de

<sup>6</sup> Trabalho realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

borracha (látex), cacau, café, mamão, maracujá, pimento do reino, abacaxi e cana de açúcar (IBGE, 2010).

No que tange a produção de pescado (pesca extrativa marinha), os Estados da Bahia, Maranhão e Ceará ocupam, respectivamente, as três primeiras posições dentre os estados mais produtivos do Nordeste brasileiro (região com maior produção pesqueira nacional). (BRASIL, 2010). Em Barreirinhas a pesca se enquadra entre as quatro atividades econômicas mais importantes do município, junto à agricultura familiar, o artesanato e o turismo. O Rio Preguiças é um dos recursos mais valorizados pelos pescadores artesanais das comunidades ribeirinhas da região, como Atins, Caburé, Ponta do Mangue, Bar da Hora, Mandacaru, Tapuio e Santo Inácio. (IABS, 2008b)

Em contraponto, o Município de Jijoca de Jericoacoara, historicamente reconhecido como uma vila de pescadores, já não apresenta a mesma potencialidade produtiva no setor. A considerável diminuição no número de pescadores se deu, em maior proporção, pela venda de suas propriedades à investidores externos que buscavam pela exploração turística na região. Assim, os pescadores migraram e se dedicaram a outras atividades. (IABS, 2009a)

Mesmo com uma reduzida extensão litorânea de apenas 66 Km (0,98% de todo o litoral brasileiro), o Estado do Piauí possui significância no setor pesqueiro. Parnaíba está entre os quatro principais municípios da costa do estado, englobando 11 comunidades que vivem unicamente da pesca extrativa, principalmente nos Rios Parnaíba e Igarajú. (IABS, 2009b)

A produção pesqueira de Santa Cruz Cabralia é uma das atividades de maior importância econômica para o município, junto ao Turismo, a cultura da piaçava e a produção de mamão papaia. A implantação e o desenvolvimento da maricultura na região também tem sido importantes para grupos de atores locais.

Por meio da realização de entrevistas junto aos grupos de atores envolvidos foi possível identificar a sua produção, visando a sua inserção no mercado turístico. Os produtos definidos para o início da comercialização estão apresentados no **Quadro 2**, a seguir.

REGIÃO	PRODUTO / DESCRIÇÃO
<b>Barreirinhas (MA)</b>	<b>Pescadinha Gó (ou Pescadinha Boca Mole):</b> peixe costeiro com hábito demersal, comum em ambiente com fundo de areia e lama. Atinge uma média de 45 cm, pesando em média 800g. Nome científico: " <i>Macrodon ancylodon</i> ". <b>Buriti:</b> fruto de 04 a 07 cm de comprimento, varia entre 25 e 40 g cada um, e floresce em terrenos baixos e alagadiços. É recoberto por escamas de coloração castanho-avermelhada e sua polpa, com sabor agri-doce, tem cor amarelo-alaranjada. Nome científico: " <i>Mauritia flexuosa</i> ".
<b>Jijoca de Jericoacoara (CE)</b>	<b>Búzio:</b> molusco encontrado em praticamente todas as praias de braços de mar e estuários. São coletados em maré baixa. Possui tamanho médio de 03 cm e é coletada anualmente. Nome científico: " <i>Anomalocardia Brasiliiana</i> ". <b>Caju/Cajuína:</b> fruto de duas espécies – o nativo (ou gigante) e o anão precoce – produzem o caju azedo e o doce, com cor amarela ou vermelha, e de tamanhos que variam entre 05 a 11 cm, e que são utilizados na confecção da cajuína (bebida). Nome científico: " <i>Anacardium occidentale</i> ".
<b>Parnaíba (PI)</b>	<b>Manjuba (ou Manjubinha):</b> peixe de comprimento médio de 08 cm e máximo de 13 cm, com peso máximo de 0,08 kg e médio de 0,03 kg. A espécie possui um corpo cinza fusiforme. Nome científico: " <i>Anchoviella lepidentostole</i> ". <b>Cajuí:</b> fruto de hábito rasteiro com pedúnculo de cor vermelha-escura, é ácido e produz muito

	<p>suco. Atinge de 03 a 04 cm de comprimento. Nome científico: "<i>Anacardium Humile</i>".</p> <p><b>Caranguejo-Uçá:</b> crustáceo de coloração avermelhada, carapaça de 60 mm, e de coloração dorsal verde-azulada. É encontrado em regiões de mangue. Nome científico: "<i>U. cordatus</i>".</p>
<b>Santa Cruz Cabralia (BA)</b>	<p><b>Ostras:</b> molusco de corpo mole, envolto por uma concha calcificada, que filtra o fitoplâncton da água. Nome científico: "<i>Crassostrea gigas</i>".</p> <p><b>Pescados em geral:</b> garoupa ("<i>Centrarchops chapini</i>"), dourado ("<i>Coryphaena hippurus</i>"), badejo ("<i>Mycteroperca spp</i>"), cioba ("<i>Lutjanus analis</i>"), dentão ("<i>Lutjanus jocu</i>"), cavala ("<i>Scomberomorus cavala</i>"), cação ("<i>Carcharrhinus spp</i>"), guaiuba ("<i>Ocyrus Chrysurus</i>"), olho-de-boi ("<i>Seriola lalandi</i>"), dentre outros.</p>

#### **Quadro 2: Produtos para início da comercialização direta**

**Fonte:** próprios autores, de acordo com IABS (2008b); IABS (2009a); IABS (2009b); QUALCOMM & FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO (2011).

### **5. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Os processos de levantamento de informações, de identificação das potencialidades produtivas locais, de preparação dos grupos interessados, de abertura de espaço de diálogo entre oferta e demanda, e de início de comercialização, suscitaram obstáculos específicos, de ordem técnica, logística, jurídica, social e econômica, que acabam por suprimir as oportunidades de inclusão socioprodutiva e distanciam os pequenos produtores das benesses do mercado turístico. Destacamos, a seguir, os dez principais obstáculos identificados e suas respectivas descrições.

- 1. Problemas quanto à emissão de nota fiscal:** ainda que grandes redes hoteleiras e estabelecimentos gastronômicos de grande porte dos destinos tenham se interessado pelo trabalho, algumas de suas exigências, como a emissão de notas fiscais para os produtos, não estava ao alcance dos produtores. Estes, mesmo organizados formalmente, não possuíam qualquer documento fiscal para venda de seus produtos. A exigência pela emissão da nota fiscal acabou por se tornar um fator limitante para a participação de alguns estabelecimentos do *trade* turístico nos processos de comercialização inicial.
- 2. Empecilhos quanto às condições de recebimento-pagamento:** os subsetores de grandes redes hoteleiras responsáveis pelos pedidos, controle de estoque, pagamentos e cobranças (financeiro), acabam por demandar não apenas a emissão da nota fiscal por seus fornecedores, como também prazos para a efetivação do pagamento. Tais prazos chegam a uma média de até 20 dias. No modelo de comercialização anterior, os atravessadores realizavam - ainda que por vezes de forma desonesta e com abusiva exploração dos produtores - o pagamento imediato do produto, e mesmo, em parte, antecipadamente. Os pescadores, em específico, ressaltaram nas reuniões que ao retornar para suas casas, após longo período afastado para a realização da atividade, a família espera ansiosa pelo ganho da pesca para o pagamento de suas necessidades básicas. O prazo de vinte dias para o pagamento da venda se mostrou, assim, um segundo obstáculo para a inclusão socioprodutiva no turismo. Vale ressaltar, ainda, que alguns estabelecimentos realizam seus pagamentos apenas por transferência bancária, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento da comercialização.

3. **Falta de capital de giro:** a ausência de um alicerce econômico que cobrisse os muitos custos nos processos produtivos foi uma realidade comum a todos os grupos, nas quatro regiões. Pescadores, mesmo com embarcações próprias, não possuíam renda suficiente para arcar com gastos como iscas, gelo para acondicionamento dos pescados, óleo diesel para o barco, comida (“rancho”) para a tripulação, dentre outros. Os agricultores em geral não tinha recurso para a compra de embalagens para os doces, de caixas térmicas para manter a qualidade e frescor das frutas, de gás de cozinha, ou mesmo para o pagamento dos transportes.
4. **Falta de estrutura de beneficiamento e de local de estocagem:** a preferência por produtos já beneficiados, como pescados eviscerados apresentados em filés e postas, ou frutas em forma de doces e polpas, é uma realidade por parte dos estabelecimentos do *trade* turístico dos destinos contemplados. Por outro lado, são produtos que demandam por estruturas físicas com equipamentos específicos para sua correta produção. Mais do que isso. Para o acondicionamento do produto beneficiado, ou até mesmo para a conservação de produtos sazonais, necessita-se de locais específicos de estocagem que mantenham a qualidade dos produtos. E é nesse aspecto que os atravessadores dessas regiões ganham espaço e se sobressaem sobre os grupos de produtores rurais que, por não disporem dessa infraestrutura (ou possuírem algo semelhante, em péssimas condições), mantêm-se distantes do mercado do turismo.
5. **Problemas quanto à adequação da produção à sazonalidade do turismo:** o descompasso entre a sazonalidade do turismo, e a sazonalidade de algumas espécies de pescados e de frutas típicas das regiões em destaque, foi identificado como outro obstáculo para inclusão socioprodutiva. Períodos de alta temporada, por vezes, coincidem com períodos de defeso de pescados ou de estiagem nas lavouras. Produtos muito procurados pelos estabelecimentos locais, para oferecimento aos turistas, como é o caso do camarão, acabam sendo encontrados apenas congelados nas capitais dos estados, vindos de outras regiões do país. Ou, em menor quantidade, nas peixarias municipais que estocam o produto. A sazonalidade do turismo também interfere diretamente na produção rural, dado que em períodos de baixa temporada, o consumo é drasticamente reduzido, e os produtores prejudicados.
6. **Insuficiência na produção para atendimento da demanda:** alguns aspectos como a provisão da quantidade necessária e a manutenção do padrão de oferecimento dos produtos e dos serviços são outras exigências às quais os grupos, de início, não puderam cumprir. Períodos de alta temporada turística demandam uma produção em grande escala. E os grupos de produtores rurais, por não estarem preparados, técnica e logisticamente, para isso, perdem a preferência de fornecimento de produtos para os atravessadores. Esses últimos, por possuírem uma melhor estrutura de atendimento às necessidades dos

estabelecimentos turísticos, garantem (na maioria dos casos) o padrão e a quantidade demandados.

7. **Dificuldades na obtenção de registros de Serviços de Inspeção Federal, Estadual e Municipal (SIF, SIE e SIM):** o SIF é um sistema nacional de avaliação e controle da produção de alimentos, comestíveis ou não, de origem animal. Implantado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil - MAPA (BRASIL, 2013a), o selo “S.I.F” atesta a qualidade sanitária e a conformidade do produto com a legislação brasileira. Suas classificações, exigências e critérios vão de acordo com a abrangência de comercialização do produto, podendo ser solicitada a inspeção pelos órgãos competentes<sup>7</sup> para venda interestadual ou internacional (SIF), intermunicipal no próprio estado (SIE), ou apenas para o próprio município (SIM). O intuito desses serviços é o de reduzir a clandestinidade da produção e do comércio de produtos de origem animal sem as devidas precauções higiênico-sanitárias, podendo disseminar doenças como tuberculose, salmonelose, listeriose, brucelose e teniose. Contudo, as exigências para se atingir um padrão de qualidade que permita a obtenção do selo (mesmo o SIM), ainda estão distantes da realidade dos pequenos produtores rurais. São solicitadas, dentre outros: a vistoria do terreno onde se pretende construir o local de beneficiamento dos produtos; a apresentação de documentos como alvará de funcionamento, licença ambiental, plantas e memoriais; atendimento de regulamentos técnicos; análise laboratorial, fiscal e de controle de processo e de monitoramento da qualidade das matérias-primas, insumos e produtos; além da presença de um responsável técnico (BRASIL, 2013b). Por conta disso, muitos estabelecimentos do *trade* adquirem produtos nas capitais dos estados, em grandes frigoríficos, supermercados e peixarias, que atestam a qualidade por meio de selos de inspeção sanitária.
8. **Indisponibilidade logística para o escoamento da produção:** a falta de meios de transporte para escoamento dos produtos até os estabelecimentos turísticos também se configura como um notório obstáculo. Os grupos não dispõem de carros tracionados com estrutura interna para acondicionamento e entrega dos produtos, como os atravessadores. A dificuldade no acesso à algumas áreas rurais, principalmente em períodos de chuva, é outro fator que limita o escoamento. O sistema de comunicação, em algumas áreas, também é falho, o que prejudica o contato com os compradores.
9. **Falta de capacitação profissional, técnica e gerencial:** mesmo com a aplicação de cursos de beneficiamento de produtos, de boas práticas de fabricação e de higiene pessoal, ainda foram identificadas várias lacunas técnicas e gerenciais, a serem preenchidas junto aos grupos de produtores. O gerenciamento da produção, dos gastos, do estoque, das receitas, é realizado sem o suporte de ferramentas técnicas e informatizadas, tendendo para um

---

<sup>7</sup> Superintendência Federal de Agricultura (para “SIF”), Secretaria Estadual de Agricultura (para “SIE”), Secretaria Municipal de Agricultura (para “SIM”).

sistema organizacional arcaico. Os processos de beneficiamento dos produtos, de modo a manter uma padronização para o mercado, são difíceis de serem assimilados. A ausência de acompanhamento técnico em todas as etapas, desde o manejo, passando pelo beneficiamento do produto, até a entrega, resulta em falhas na cadeia produtiva e, conseqüentemente, no desagrado dos compradores.

10. **Fragilidade na organização coletiva do trabalho:** este obstáculo ganha um caráter essencialmente cultural, e por vezes político. Tomadas de decisões realizadas sem um número expressivo de cooperados, ausências nos cursos técnicos oferecidos, falta de comprometimento e de sensibilização com o projeto, são algumas das muitas características dessa fragilidade da autogestão. Notou-se que, em regiões onde projetos anteriores foram implantados e não foram satisfatórios (ou que não tiveram acompanhamento), havia forte desestímulo para a participação em novos projetos. Por outro lado, a construção coletiva desses projetos de desenvolvimento socioeconômico esbarrou na falta de consenso, entre os membros dos grupos comunitários, sobre aspectos intrínsecos ao trabalho, como: a necessidade de readequação dos hábitos produtivos, e das funções desempenhadas no grupo. Um exemplo bastante representativo foi quanto às mudanças nos processos de beneficiamento de pescados. A necessidade de aquisição de produtos de limpeza e de esterilização para os instrumentos de trabalho não teve, em um primeiro momento, boa aceitação por parte de alguns pescadores, que viam como gastos desnecessários. Finalmente há uma clara associação do projeto com ações e campanhas políticas das Prefeituras Municipais. Alguns integrantes dos grupos de cooperados se mostravam contrários à implantação do projeto por fazerem analogia política.

## 6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A exclusão social, tratada neste artigo, é aquela que decorre de processos sociais - conhecida por "exclusão social passiva" (SEN, 2000; ROGERS, JALAL, BOYD, 2008) - em oposição aos processos legais, por se remeter às várias formas de inserção precária, ou restrições quanto às facilidades econômicas, oportunidades sociais, liberdades individuais e políticas, e a falta de acesso a um conjunto de bens (POCHMANN, 2004). É a própria "negação da cidadania" (CORIOLANO, 2006, p. 01), num processo múltiplo (NASCIMENTO, 2000) no qual o excluído acaba não sendo reconhecido como indivíduo (NASCIMENTO, 1994), tornando-se um dessemelhante (NASCIMENTO, 1993)

As restrições às oportunidades de acesso aos benefícios econômicos advindos da atividade turística, impostas aos grupos de pequenos produtores rurais, se dão, dentre outras formas, pela dinâmica das cadeias produtivas do pescado e de produtos agrícolas, nessas regiões, que têm como peça estratégica a figura do "atravessador" (*middlemen* ou *fish traders*).

Os atravessadores são intermediários nos processos de comercialização entre a oferta (pequenos produtores rurais) e a demanda (dentre outras, o *trade* turístico). Possuem um papel

determinante na dinamização da produção, por suprirem as necessidades primárias para o desenvolvimento das atividades, em especial da pesca artesanal, como destacado a seguir:

São atores comuns na atividade pesqueira. Frequentemente são o único elo entre pescadores e o mercado, ou a única fonte de crédito. O sistema de negociação dos atravessadores opera dentro de um amplo ambiente econômico e político, que pode ter implicações cruciais para a atividade pesqueira, em geral, e para o comércio pesqueiro, em particular. (PEDROZA, 2012, p. 02 – tradução pelos autores)

Por meio de relações informais, que se desenvolvem por laços de amizade ou vínculos familiares, os pequenos produtores rurais inserem-se em um ciclo vicioso de dependência econômica com os atravessadores. Estes, ao fornecerem apoios providenciais – como gelo, isca, combustível, mantimentos para a família, equipamentos mecânicos e de pesca, alimento para a tripulação, ou mesmo recurso financeiro em espécie para reforma e aquisição de embarcações (CAPELLESSO & CAZELLA, 2013; MERJIN, 1989; VINH, 2008) -, não determinam taxas de juros futuras, o que caracteriza uma intrincada rede de financiamento.

Não há quaisquer procedimentos legais para o estabelecimento do empréstimo entre o concedente e o credor, o que permite que os atravessadores adquiram as safras de pesca e desfrutem de comissões (VINH, 2008). Dessa forma, a produção (em sua totalidade, na maioria dos casos) acaba sendo direcionada para uma venda de baixo retorno financeiro aos pescadores.

Reuniões participativas com pescadores artesanais das regiões elucidaram a figura do atravessador como um ator-chave na cadeia produtiva do pescado e no sistema turístico local. Sua posição na cadeia de distribuição do pescado, dos produtores até os estabelecimentos turísticos locais, pôde ser identificada claramente

Nesse contexto, os atravessadores adquirem os produtos diretamente dos pescadores e dos agricultores, pagando um valor irrisório por grandes quantidades de espécies de alto valor agregado, muito apreciadas pelo mercado de turismo. A partir daí, por serem possuidores de uma estrutura adequada de oferecimento dos produtos (que pode ser um meio de transporte, ou mesmo uma pequena estrutura de beneficiamento), e por manterem contato direto com representantes do *trade* turístico, revendem tais produtos à preços extremamente elevados.

Aparentemente, tais processos acabam mantendo uma parcela da maioria trabalhadora confinada a atividades informais, não direcionando benefícios e melhorias para as comunidades de baixa renda. Esta estrutura de trabalho, caracterizada pelo confinamento de grupos populares a atividades informais, como uma forma de inserção inadequada, cujo modelo não provém o conjunto de benefícios legais e de direito aos seus atuantes, é apenas uma das representações das formas de exclusão social encontradas:

(...) o critério de exclusão social capta de forma mais abrangente as várias formas de inserção precária ou de falta de acesso a um conjunto de bens sociais. Associa-se mais de perto ao que Amartya Sen chamou de restrição às liberdades instrumentais, tais como: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (POCHMANN, 2004, p. 67-8).

A informalidade nas atividades econômicas tem, segundo Sachs (2008), uma distorção recorrente em suas idealizações, baseada em duas visões distintas: estratégias de sobrevivência e estratégias de desenvolvimento. É visto pelo autor que, mesmo se tratando de propostas criativas, as primeiras só conseguem oferecer – às custas de sacrifícios e de muitas dificuldades - rendimentos insuficientes aos trabalhadores.

Entretanto, é comum a identificação de uma visão míope de muitos pequenos produtores. Mesmo desprovidos de direitos que lhes deveriam ser assegurados (como o acesso à previdência social, à aposentadoria ou outro meio de proteção individual por leis trabalhistas), mantêm-se “apegados à sua informalidade” (SACHS, 2008, p. 51). Essa perspectiva se explica pelos pequenos produtores terem a necessidade de remuneração imediata após a produção, além de se encontrarem numa situação em que não arcam com encargos sociais ou impostos (SACHS, 2008).

Esse modelo de comercialização, comum à muitos destinos turísticos brasileiros, prejudica os estabelecimentos da demanda, que arcam com custos abusivos dos produtos, ou dão preferência para empresas externas, das capitais dos estados. Da mesma forma, impede a inclusão socioprodutiva desses grupos de pequenos produtores rurais no mercado turístico.

## CONCLUSÃO

Está-se diante de um ciclo vicioso. Esta é, talvez, a melhor maneira de concluir a análise realizada e de se definir o cenário que se observou nos quatro destinos turísticos em tela, no que diz respeito ao aproveitamento das potencialidades produtivas locais.

De um lado, vítimas do isolamento comercial imposto por um modelo excludente de mercado, os pequenos produtores se encontram em uma posição desfavorável na luta pela participação nos benefícios econômicos da atividade turística. As suas práticas tradicionais de produção – pesca artesanal e agricultura familiar – permanecem sendo pouco valorizadas e incentivadas pelos sistemas turísticos locais.

Sem alternativas que permitam o rompimento com a dependência dos atravessadores, continuam recebendo os chamados apoios “providenciais” iniciais, em troca de baixos rendimentos finais. E mesmo vislumbrando novas boas oportunidades, a partir de iniciativas de inclusão socioprodutiva que são implantadas nas regiões, permanecem esbarrando em múltiplos obstáculos de ordem técnica, logística, jurídica, financeira, e mesmo natural e cultural, não previstas pelos projetos.

Do outro lado, o *trade* turístico encontra-se encruzilhado por duas vias de acesso aos produtos necessários: (a) arcar com os valores abusivos impostos pelos atravessadores, porém, tendo suas exigências (logísticas, jurídicas, técnicas, etc.) cumpridas; (b) se deslocar até às capitais dos estados para adquirir, em grandes mercados, os produtos necessários.

Pôde-se notar que a abertura de espaços de diálogo – como uma terceira via - entre os grupos da oferta e da demanda contribuiu, de forma notória, para a discussão sobre as potencialidades,



os problemas, e sobre as lacunas (obstáculos). Ainda assim, a superação dos múltiplos entraves nos processos de comercialização parece estar distante da realidade.

As estratégias de inclusão socioprodutiva permanecem equivocadas quanto às ações a serem trabalhadas para se atingir a emancipação socioeconômica dos grupos marginalizados. Merecem novos debates, e reformulações para que sejam construídas através de políticas intersetoriais, que primem não apenas pela tentativa de superação do quadro de baixa capacitação e qualificação profissional desses grupos. Elas devem englobar outros muitos arranjos que busquem atenuar os processos amplos de exclusão social, tecnológica, financeira, jurídica, dentre outros.

O modelo de comércio justo, ético e solidário, tem buscado superar esses desafios de forma coletiva, reconhecendo as fragilidades, as potencialidades e as exigências de cada grupo, e fortalecendo as capacidades de resposta por uma construção compartilhada de desenvolvimento sustentável.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Érica T. Vieira de. **O Programa de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes: limites e contradições**. *Vértices*, v. 11, n. 1, p. 87–108, 2009.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 8ª Ed, atualizada São Paulo: Editora Senac, 2003.

BOMBASSARO, Luiz Carlos; KRÜGGELER, Thomas; SOUZA, Ricardo Timm de. **Democracia e inclusão social: Desigualdade como desafio para a sociedade e a Igreja no Brasil**. [s.l.]: EDIPUCRS, 2009.

BRASIL (2013a). MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA (a). **Produto Final**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/animal/produto-final>>. Acesso em: 15 maio 2013.

BRASIL (2013b). MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA (b). **Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA)**. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2013.

BRASIL (2013d). **Plano Brasil Sem Miséria: Inclusão Produtiva Rural**. Disponível em: <<http://www.brasilemmiseria.gov.br/inclusao-produtiva/inclusao-produtiva-rural>>. Acesso em: 24 abr 2013.

BRASIL (2013f). MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Plano Brasil Sem Miséria: Inclusão Produtiva**. Disponível em: <<http://www.brasilemmiseria.gov.br/inclusao-produtiva>>. Acesso em: 06 jun 2013.

BRASIL (2012a). **Congresso Virtual Internacional. Economia Verde e Inclusão Socioprodutiva: o papel da agricultura familiar. Reflexões para a Rio+20**. Disponível em: <[http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Noticias/Attachments/505/doc\\_final\\_cong\\_virtual\\_baixa\\_corrigido.pdf](http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Noticias/Attachments/505/doc_final_cong_virtual_baixa_corrigido.pdf)>. Acesso em: 05 jan 2013.

BRASIL (2012b). MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Editais para Projetos de Inclusão Produtiva**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/editais-de-inclusao-produtiva/>>. Acesso em: 20 jul 2012.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília: PCT –INCRA/IICA, 1999. 105 p.

- CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul Catarinense**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 51, n. 2, p. 275–294, 2013.
- CLARKE, Jackie. **A framework of approaches to sustainable tourism**. Journal of Sustainable Tourism. Vol. 5. N. 3. 1997.
- COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e práticas**. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora Ltda, 2007.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T (2006). **O turismo, a exclusão e a inclusão social**. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11158>>. Acesso em: 15 nov 09.
- COSTA, Helena Araújo. **Mosaico da Sustentabilidade em Destinos Turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses**. 2009, 296p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – CDS/UnB, Brasília, 2009.
- COSTA, Helena Araújo. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 166 p.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- FRANCE, L. (Ed.). **The Earthscan reader in sustainable tourism**. UK: Earthscan Publications Ltd., 1998.
- GARROD, Brian; FYALL, Enoque. **Beyond the rhetoric of sustainable tourism?** Tourism Management. Reino Unido: Elsevier Science, v. 19, n3, 1998.
- GOELDNER, C. et al. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- GOODWIN, Harold. **Responsible Tourism, Critical issues for conservation and development**. Tourism Management, v. 33, n. 2, p. 487–488, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2010). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev 2013.
- INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL SUSTENTÁVEL (IABS) (2008b). **Plano de Inserção Produtiva: Barreirinhas - MA**. Brasília: 2008.
- INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL SUSTENTÁVEL (IABS) (2009a). **Plano de Inserção Produtiva: Jericoacoara - CE**. Brasília: 2009a.
- INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL SUSTENTÁVEL (IABS) (2009b). **Plano de Inserção Produtiva: Parnaíba - PI**. Brasília: 2009b.
- IRVING, M. A. **Refletindo sobre o turismo como mecanismo de desenvolvimento Local**. In: V Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Políticas Públicas e o Lugar do Turismo. Brasília: Anais Comunicações, 2001.
- IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.
- LAGE, B.H.G.; MILONE, P.C. **Economia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2001.
- LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. 5ª tiragem Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MERJIN, AG. **The role of middlemen in small-scale fisheries: a case study of Sarawak, Malaysia**. Dev Change 1989; 20:683-700.
- NASCIMENTO, Elimar P. **Projetos Nacionais e Exclusão Social**. Planejamento e Políticas Públicas, 10, dezembro de 1993, p. 91-116.

- NASCIMENTO, Elimar P. **A exclusão social no Brasil**: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas. In: Cadernos do CEAS, n. 152, Centro de Estudos e Ação Social, Salvador, 1994.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). **Carta del Turismo y Código del Turista**. 1985. Disponível em: <<http://www.apiepr.org/files/carta-codigo-turista.pdf>>. Acesso em: 28 Feb 2010.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **Tourism in OECD Countries 2008**: Trends and Policies. [s.l.]: OECD Publishing, 2008.
- PEDROZA, Carmen (2012). **Middlemen, informal trading and its linkages with IUU fishing activities in the port of Progreso, Mexico**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2012.10.011>>. Acesso em: 28 maio 2013.
- POCHMANN, Marcio. **Políticas de inclusão social**. Resultados e avaliação. São Paulo: Cortez, 2004.
- POCHMANN, Marcio. **Agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS (2011). **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Barreirinhas**. Barreirinhas: 2011.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1993). **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em: 20 jul 2012.
- QUALCOMM & FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO (2013). **Pescando com Redes 3G**: A Comunidade. Disponível em: <<http://www.pescandocomredes3g.com.br/>>. Acesso em: 15 set 2013.
- QUALCOMM & FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. (2011) **Projeto Pescando com Redes 3G**: Relatório técnico da atividade de Produção Associada ao Turismo. Produto elaborado pelo Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS). Brasília: 2011.
- ROGERS; JALAL; BOYD. **An introduction to sustainable development**. London, UK: Earthscan, 2008.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SAWYER, Eric J.; TASSO, João Paulo Faria; ASSAD, Luís Tadeu (Org.). **Turismo Sustentável**: Projeto de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas regiões dos Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba, Serra da Capivara e Jericoacoara. Editora IABS. Brasília, DF, Brasil: 2010.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SHARPLEY, Richard. **Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide**. Journal of Sustainable Tourism. Vol. 8. N. 1. 2000.
- SIMÕES, Leonor Gonçalves; PEIXOTO, Norma Macruz. **Geração de Emprego, Trabalho e Renda nos Municípios Paulistas**. Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, II Consad, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00001315.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2013.
- SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceito e impacto ambiental**. Vol.1. São Paulo: Aleph, 2000.
- VINH, Do Thi Thanh (2008). **Role of the middlemen in the supply of the processing industry. Case study: the Central South Region in Vietnam**. Disponível em: <<http://ir.library.oregonstate.edu/xmlui/bitstream/handle/1957/37776/178.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 maio 2013.